

AUTOR

**Natasha Coelho
Figueiredo
Nóbrega***

natashacfn@
gmail.com

* Mestranda em Ciência
Política na Universidade
Federal de Pernambuco
(UFPE)

Inovação de soluções para a exclusão socioeconômica das periferias urbanas brasileiras

Innovación de soluciones para la exclusión socioeconómica de las periferias urbanas brasileñas

Innovation of solutions for the socioeconomic exclusion at the Brazilian urban peripheries

FERNANDEZ, M. V

La ciudadanía incompleta: derechos económicos y sociales de la periferia urbana de Brasil.

Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2014. 445 p.

A desigualdade social e econômica no Brasil tem como consequência configurações urbanas marcadas pelo contraste, evidenciado nas periferias das grandes cidades do país. Instigada pela constatação da situação problemática destas zonas urbanas – periféricas mais por sua exclusão do desenvolvimento econômico da cidade que por sua situação geográfica – Fernandez se dedica à identificação de suas condições socioeconômicas e de fatores que possam influenciar positivamente o incremento destas condições.

Além disso, a autora situa a discussão sobre as periferias urbanas na Ciência Política, onde o tema é ainda ausente apesar de sua importância, investigando-as sob os marcos teóricos das políticas públicas, das instituições e da democracia. De fato, o centro de seu argumento é o de que as condições precárias de acesso a serviços públicos básicos são reflexo e perpetuadores de uma cidadania deficiente e de uma democracia com fragilidades.

Esta associação é explicada no primeiro capítulo, no qual a autora estabelece os direitos econômicos e sociais como indicadores dos direitos cidadãos e essenciais à consolidação da democracia, sob a perspectiva de que é completa somente a democracia constituída sobre as dimensões política, civil e social. Portanto, aqueles indivíduos privados de qualquer destas dimensões estão privados também do pleno exercício democrático.

As periferias urbanas são reflexo do processo de urbanização rápido e desordenado no Brasil e têm mantido uma configuração de segregação social nas grandes cidades do país. O segundo capítulo está dedicado a este tema, e expõe que mais que zonas geograficamente periféricas, se tratam de periferias sociais, cujos habitantes são chamados pela autora de cidadãos incompletos, por estarem alheios ao desenvolvimento das cidades onde se localizam.

Para estudar as condições de segregação, ou seja, do déficit de cidadania, Fernandez analisa as maiores cidades brasileiras, aquelas com mais de um milhão de habitantes nos anos de 2000 e

2010: Belém, Manaus, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Guarulhos, Rio de Janeiro, Goiânia, Brasília, Curitiba e Porto Alegre.

A pesquisa em si começa no terceiro capítulo, que trata de descrever o desfrute dos direitos econômicos e sociais nas periferias urbanas brasileiras e, assim, retrata a incapacidade da democracia do país em oferecer aos seus uma cidadania plena. A autora se propõe a mapear as dimensões dos direitos econômicos e sociais mais débeis nas periferias, com o objetivo de que soluções apropriadas sejam formuladas e implementadas nesses locais.

Para isto, ela cria o Índice de Desfrute dos Direitos Econômicos e Sociais, o IDES, a contribuição mais importante de seu trabalho. O IDES está construído sobre quatro dimensões cujas variáveis estão baseadas em dados coletados pelo Censo, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). São elas: habitação digna, educação, trabalho e renda e saúde; quatro aspectos essenciais aos serviços básicos pertinentes a cada uma das quatro dimensões nas periferias das doze maiores cidades do Brasil.

Posto que a análise dos anos 2000 e 2010 aponta para mudanças no desfrute dos direitos econômicos e sociais, a autora busca identificar os fatores que expliquem estas alterações, e encontra três elementos que parecem estar associados a esta mudança: a atuação do Estado, a do mercado e a participação da cidadania.

Através dos estudos de caso, descritos nos três capítulos seguintes, a autora busca capturar os três elementos que tenham causado a mudança no acesso aos serviços básicos, ou seja, no desfrute dos direitos econômicos e sociais. Para isso, são selecionadas três periferias das duas cidades que apresentaram os piores resultados do IDES, Salvador e Recife, localizadas na região que também apresenta o pior resultado, o Nordeste.

Assim, Fernandez consegue descrever as condições dos direitos econômicos e sociais nos três bairros de distintas formações – um antigo, excluído ao longo do desenvolvimento econômico da cidade, Candeal Pequeno; um novo, resultante do crescimento rápido desordenado da cidade, Saramandaia; e outro constituído após diversas reocupações de uma zona potencialmente nobre da cidade do Recife, Brasília Teimosa.

Além das condições retratadas pelo IDES para cada uma das periferias, a autora observa também as políticas e projetos ali desenvolvidos, combinando, assim, a análise quantitativa do IDES a uma investigação qualitativa.

A autora busca, desta maneira, identificar e examinar a interação dos três elementos no processo de formular e implementar ações que tenham incrementado o desfrute dos direitos. A aliança trisetorial, que associa Estado, mercado e organizações sociais, parece haver sido a solução para o incremento destes direitos nas periferias, seja porque modernizaram e tornaram mais eficiente as políticas públicas, ou porque o Estado é ausente nestas zonas.

Na verdade, está nas organizações sociais locais o papel central da aliança trisetorial mais exitosa, a de Brasília Teimosa, à qual a autora especifica como aliança trisetorial comunitária. Além de estabelecer o vínculo entre os outros dois elementos da aliança e a periferia, são as organizações sociais locais o elemento capaz de fornecer aos projetos o capital social e, também, melhor conhecedor das necessidades do lugar.

A maior contribuição deste trabalho está na inovação de soluções de monitoramento do problema da exclusão sociais das periferias urbanas brasileiras através do IDES, e também na inovação nas políticas que tratam desta questão. Apesar de a obra depositar no Estado a responsabilidade

PALABRAS CLAVE

Direitos
econômicos e
sociais; periferias
urbanas; políticas
públicas

PALAVRAS-CHAVE

Derechos
econômicos y
sociales; periferias
urbanas; políticas
públicas

KEYWORDS

Economic and
social Rights;
urban peripheries;
public policies

Recibido:
01.10.2015

Aceptado:
25.01.2016

principal de prover uma cidadania plena a todos os seus habitantes, ela não esquiva o olhar da cooperação entre mercado e outros tipos de organizações a favor dos interesses deste mesmo Estado e seus cidadãos.

Este estudo traz, portanto, conclusões importantes para a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas focalizadas, tema muito discutido no Brasil, devido a suas diferenças socioeconômicas e conseqüentes distintas demandas. Assim, logra pôr no debate da Ciência Política as periferias urbanas, de maneira mais específica, e a segregação social, de maneira mais ampla, permitindo o estudo mais sistemático de causas e conseqüências da desigualdade socioeconômica no país.